



# EVIDÊNCIAS SOCIETAIS: AVALIAÇÃO SOCIAL DA VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

SOCIETAL EVIDENCES: SOCIAL EVALUATION OF THE VERBAL AGREEMENT VARIATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE

DOI: <https://doi.org/10.55847/enlaces.v1i1.733>

Viviane Silva de Novais\*

**RESUMO:** A concordância verbal de 3ª pessoa do plural (3PP) no português brasileiro (PB) tem sido amplamente estudada em diversas regiões do Brasil. No entanto, dados de produção não conseguem, sozinhos, apresentar resultados da dimensão societal do fenômeno. Em vista disso, o objetivo deste trabalho é apresentar evidências que projetam avaliação social a respeito da variação na concordância verbal de 3PP. São apresentadas e analisadas diferentes fontes perceptuais – como os instrumentos normativos, matérias, reportagens e memes compartilhados nas redes sociais – como meios de observar pistas a respeito da dimensão societal do fenômeno e de que forma esse processo pode resultar em preconceito linguístico, disseminado nos diversos espaços sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação social. Concordância verbal de 3ª pessoa do plural. Preconceito linguístico.

**ABSTRACT:** Verbal agreement of the 3rd plural person (3PP) in Brazilian Portuguese (PB) has been widely studied in several regions of the Brazil. However, production data alone are unable to present results of the societal dimension of the phenomenon. In this paper, we aim to present evidence that shows social evaluation regarding the variation in the verbal agreement of 3PP. Different perceptual sources are presented and analyzed – such as normative instruments, papers, reports and memes shared on social networks – as form of observe clues about the societal dimension of the phenomenon and how this process can result in linguistic prejudice, present in the different social spaces.

**KEYWORD:** Social evaluation. Verbal agreement of the 3rd plural person. Linguistic Prejudice.

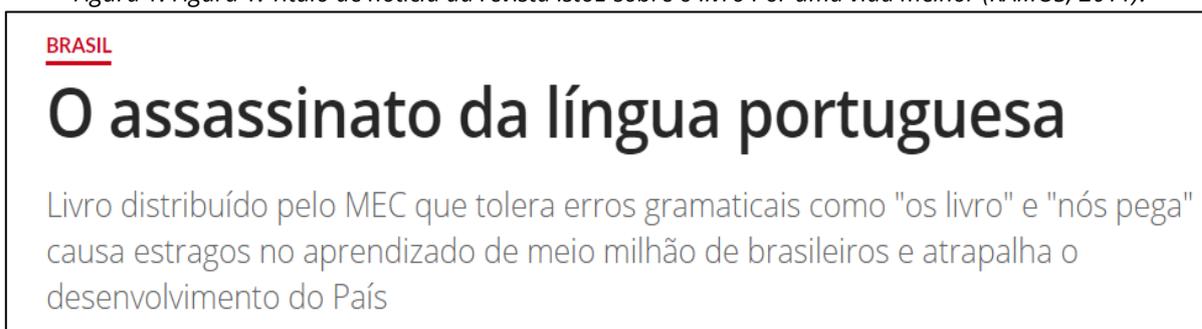
---

\* Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS). E-mail: [vivianenovais18@hotmail.com](mailto:vivianenovais18@hotmail.com). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4068-3750>.

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2011, uma polêmica a respeito do livro *Por uma vida melhor* (RAMOS, 2011) ganhou destaque na mídia brasileira. Diversas matérias noticiavam que o Ministério da Educação (MEC) estava distribuindo livros com erros gramaticais, conforme podemos ver na figura 1:

Figura 1: Título de notícia da revista IstoÉ sobre o livro *Por uma vida melhor* (RAMOS, 2011).



Fonte: IstoÉ (Disponível em: [encurtador.com.br/swj08](http://encurtador.com.br/swj08)).

O livro, específico para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresenta questões referentes à diferença entre a língua falada e a língua escrita na seção “Escrever é diferente de falar”. Dentre as discussões, Ramos (2011) aponta exemplos de variação linguística na concordância verbal de 3ª pessoa do plural (3PP). A autora destaca que, na variedade popular da língua, é comum ocorrer formas como “Os menino pega o peixe”. A partir deste exemplo, e totalmente descontextualizado das questões abordadas, criou-se uma polêmica de grande proporção na mídia: jornais, revistas e *sites* mostraram indignação e repúdio acerca dos assuntos apresentados (conforme figura 1).

Diretrizes, que apresentam orientações sobre práticas pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa, abordam a importância de incluir no currículo o tratamento da variação linguística nos diversos espaços sociais. Como forma de contemplar a heterogeneidade na língua, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destacam que “a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe

uma única forma ‘certa’ de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala” (BRASIL, 1998, p. 31).

Na prática, o que tem acontecido se distancia muito do que preconiza os PCN. Quando um livro didático atende às orientações dos documentos oficiais – a exemplo do livro didático de Ramos (2011) – a sociedade não o recebe de maneira positiva justamente por tratar de questões sobre variação linguística. Essa polêmica é um reflexo de que a língua é marcada por avaliações e julgamentos.

Pesquisas desenvolvidas para desvelar quais avaliações diferentes fenômenos linguísticos recebem socialmente – tais como Bortoni-Ricardo (2008), Freitag (2016), Ribeiro (2019), Souza e Araújo (2020), Freitag *et al.* (2020) – têm apresentado importantes contribuições no que diz respeito ao tratamento societal da língua e de que forma esse tratamento pode resultar em preconceito linguístico. Estudos que se voltam para mensurar a dimensão societal são relevantes para observarmos a proporção que fenômenos linguísticos podem tomar do ponto de vista social, especialmente quando são levantadas questões a respeito do preconceito linguístico.

Nesta perspectiva, o objetivo deste texto é discutir evidências sobre como a avaliação societal da concordância verbal de 3PP pode dar base ao preconceito linguístico. Para tanto, recorreremos a dois tipos de evidências: discursos que circulam na mídia e *memes* (figuras compartilhadas na internet) e instrumentos normativos (ALMEIDA, 2009; SACCONI, 2006). Com este trabalho, esperamos contribuir com o desvelamento da avaliação que a variação na concordância verbal de 3PP recebe socialmente e em como esses desdobramentos podem resultar em preconceito linguístico.

## 2 VARIAÇÃO E AVALIAÇÃO SOCIAL

A palavra *variação* diz respeito a uma sequência de modificações que podem ser observadas em um fenômeno, organismo, corpo etc. (MICHAELIS, 2015). Do ponto de vista sociolinguístico, há variação quando dois enunciados se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade (LABOV, 1976). Ou seja, quando os falantes de uma mesma língua usam diferentes formas de referenciar um único acontecimento ou nomear um mesmo objeto.

No Brasil, observando a dimensão territorial do país e sua diversidade cultural, a língua se apresenta de diferentes formas. Isso pode ser evidenciado tanto quando são observados falantes de diferentes regiões, como Nordeste e Sudeste, assim como quando em diferentes âmbitos da vida em sociedade. As variadas formas de se expressar linguisticamente recebem diferentes avaliações.

De acordo com o dicionário online Michaelis (2015)<sup>1</sup>, a palavra *avaliação* significa “apreciação, cômputo ou estimação da qualidade de algo ou da competência de alguém”, resultando em diferentes atitudes sobre determinados assuntos. Conforme apontam Lambert e Lambert (1966, p. 78), “uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante”. Freitag (2016, p. 900), corroborando com esta discussão, destaca que “atitude é um construto mental, psicológico, difícil de definir e de mensurar. Em alguma medida, as atitudes podem predizer (ou não) o comportamento, e o comportamento pode (ou não) afetar as atitudes”. Em termos linguísticos, a avaliação diz respeito às crenças e atitudes dos falantes sobre a língua em uso. Estabelecendo uma distinção entre crenças e atitudes, Freitag (2016, p. 901) aponta que “a crença pressupõe uma manifestação verbalizada sem reações afetivas, enquanto as atitudes podem ser

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso: 14 maio 2020.

manifestar de modo não verbalizável, mas permeadas por reações afetivas em relação ao objeto em questão”. Garrett, Coupland e William (2003, p. 03) destacam que “as formas, variedades e estilos linguísticos podem gerar crenças sobre um falante, sua participação no grupo e podem levar a suposições sobre os atributos desses membros”.

Na sociolinguística, como forma de categorizar as atitudes a respeito de fenômenos linguísticos variáveis, são elencados três níveis que indicam o quanto determinada forma é percebida pelos falantes, a depender da comunidade na qual estiverem inseridos, a saber: *marcadores*, *indicadores* e *estereótipos*. Os marcadores são traços linguísticos razoavelmente sensíveis à avaliação, podendo estar (ou não) no nível da consciência dos falantes. Os indicadores caracterizam-se como formas não avaliadas socialmente e “parecem ter pouca força avaliativa” (LABOV, 2008, p. 360). Por fim, os estereótipos são formas linguísticas mais salientes do ponto de vista da percepção, ou seja, podem ser mais percebidas pelos falantes e, como consequência, mais suscetíveis à avaliação, tanto positiva quanto negativa. A avaliação positiva leva um traço linguístico a ter prestígio socialmente. Por outro lado, a avaliação negativa de um fenômeno pode ter como consequência um amplo processo de exclusão e preconceito linguístico.

O termo *preconceito* tem recebido definições como: i) conceito ou opinião formada antes de conhecer determinado assunto; ii) comportamento que demonstra aversão a algo ou alguém (MICHAELIS, 2015; AURÉLIO, 2001). Conforme Freitag *et al.* (2020, p. 187), “as definições mais modernas propõem que preconceito é uma atitude negativa dirigida contra um grupo como um todo ou contra seus membros”. Do ponto de vista social, o preconceito se desdobra de diversas maneiras (racial, contra as mulheres, contra os deficientes físicos etc.). Dentre essas variadas formas, desdobra-se o *preconceito linguístico*: atitude de discriminar as pessoas por seu modo de falar (SILVA, 2019), especialmente sobre

formas linguísticas estigmatizadas. Quando um traço linguístico é avaliado negativamente, uma pessoa que o carrega tende a ser vítima de preconceito.

Uma das formas de observar como um fenômeno é avaliado socialmente diz respeito a quanto essa forma pode ser percebida pelos falantes. Freitag (2016, p. 890) destaca que “o prestígio ou estigma de um traço linguístico depende da maior ou menor consciência do falante sobre a avaliação social da regra, o que reflete nos resultados relativos à variável sociodemográfica escolarização”. Pesquisas sociolinguísticas que descrevem o português falado no Brasil têm evidenciado a relevância do efeito da escolarização nos mais diversos fenômenos linguísticos e, de modo particular, na concordância verbal de 3PP.

A premissa básica é a de que quanto maior for o nível de escolarização de um falante, mais ele tende a fazer uso de formas linguísticas prestigiadas socialmente (BORTONI-RICARDO, 2004), de modo que, por hipótese, pessoas altamente escolarizadas dificilmente usam formas como *nós vai* ou *eles foi* de forma inconsciente. Conforme destaca Freitag (2017, p. 67), “a exposição à cultura letrada e o papel normativo da escola levariam o falante ao contato com as variantes canônicas ou de prestígio em uma razão proporcional”. No ambiente escolar, o contato com normas linguísticas próximas da norma padrão é mais frequente, seja por meio de atividades, produção de textos ou na própria fala, de modo a proporcionar maior exposição à norma padrão da língua.

Labov (2008, p. 168) aponta que, com mais anos de escolarização, um falante “se torna sensível ao significado social de sua própria maneira de falar e de outras”. Isso ocorre “em parte através do intenso contato com falantes de prestígio e em parte através da aprovação de seus colegas estudantes” (LABOV, 2008, p. 168). Por essa razão, pressupõe-se que formas linguísticas mais próximas da norma padrão sejam mais frequentes na fala de pessoas com mais anos de escolarização, como evidenciam os resultados de pesquisas sociolinguísticas

sobre a variação na concordância verbal (SCHERRE, 1994; SCHERRE, NARO, 1998, 2007; MONGUILHOTT, 2001; LUCCHESI, 2009, 2015; ARAÚJO, 2014).

## 2.1 A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE 3PP NO PB

De modo geral, a concordância verbal diz respeito à relação estabelecida entre o sujeito e o verbo numa oração. Nas línguas do mundo, esse fenômeno se comporta de diferentes maneiras a depender das especificidades de cada língua. Do ponto de vista sociolinguístico, no português brasileiro, a concordância verbal de 3PP é um fenômeno em variação, pois apresenta duas regras, conforme podemos ver em (1):

- (1) a. As crianças *brincaram* no parque;  
b. As criança(s) *brincou* no parque;

A primeira regra, conforme (1a), é chamada de concordância padrão ou *redundante*<sup>2</sup>, e, por ser prescrita em gramáticas normativas, é tida como a forma tradicional do fenômeno. Já (1b) trata-se da segunda forma de ocorrência do fenômeno, chamada de concordância não padrão ou *dominante*<sup>3</sup>, consequência de amplos processos de mudanças pelos quais a língua passou, a exemplo do preenchimento do sujeito, mudança no paradigma pronominal e mudança no paradigma verbal.

---

<sup>2</sup> O termo *redundante* foi usado inicialmente por Said Ali (1965, p. 279). Para o autor, “a concordância não é, como parece à primeira vista, uma necessidade imperiosamente ditada pela lógica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero ou pessoa já marcados no termo determinado de que se fala, é antes de tudo uma redundância”. Neste trabalho, adotaremos esse termo, amplamente usado nos estudos sobre o fenômeno, a exemplo de Perini (2010) e Castilho (2010).

<sup>3</sup> Optamos por usar o termo *dominante* para não recorrermos à confusão que o termo *não padrão* pode estabelecer.

No Brasil, os primeiros estudos sobre variação na concordância verbal começaram a ser desenvolvidos ainda na década de 1970 (LEMLE; NARO, 1970). Desde então, diversas pesquisas sociolinguísticas foram desdobradas, buscando descrever o comportamento do fenômeno no PB, nas diferentes regiões do país (RODRIGUES, 1997; ANJOS, 1999; MONGUILHOTT, 2001; 2009; ARAÚJO, 2014). É por meio dessas pesquisas que temos hoje um conjunto robusto de descrição da concordância verbal de 3PP no PB.

As pesquisas apresentam fatores linguísticos<sup>4</sup> e sociais (faixa etária, sexo/gênero, escolarização, localidade) que influenciam tanto as ocorrências da concordância redundante quanto as da concordância dominante. Além dos estudos descritivos de produção, como os elencados acima, a observação do tratamento societal de um determinado fenômeno linguístico permite ampliar o conhecimento do funcionamento do processo variável em termos de avaliação social, contribuindo para desfazer preconceitos. Uma das formas de realizar um tratamento societal é por meio da observação do efeito do fator escolarização sobre a frequência dessa forma. No caso da concordância verbal de 3PP, controlar o nível de escolarização pode nos dar pistas de como esse fenômeno é avaliado. Para consolidar uma visão sistemática, selecionamos resultados de pesquisas sociolinguísticas sobre o fenômeno em diversas regiões do Brasil, com foco no fator escolarização (Tabela 1).

---

<sup>4</sup> Os fatores linguísticos mais selecionados na maior parte das pesquisas são: *posição do sujeito*, *tipo de verbo*, *saliência fônica*, *traço humano do sujeito*, *tipo de sujeito* e *paralelismo*. Visto que, neste trabalho, nosso foco é apresentar evidências acerca avaliação societal da concordância verbal, focalizamos somente no fator social *escolarização*.

Tabela 1: Resultados de pesquisas sobre o efeito da escolarização nas ocorrências da concordância redundante em diferentes regiões.

<b>Autor(a)</b>	<b>Local da pesquisa</b>	<b>1 a 4 anos</b>	<b>5 a 8 anos</b>	<b>9 a 11 anos</b>
<b>Scherre e Naro (1998)</b>	Rio de Janeiro/RJ	1125/1787=63%	1358/1752=78%	886/1093=81%
<b>Rodrigues (1997)</b>	Rio Branco/AC	245/459 – 54%	328/455 – 72%	-
<b>Anjos (1999)</b>	João Pessoa/PB	89/285=31%	203/352=58%	277/387=72%
<b>Monguilhott (2001)</b>	Florianópolis/SC	660/850=78%	-	591/733=81%
<b>Souza (2009)</b>	Salvador/BA	518/1050=49%	784/1200=65%	1036/1118=92%
<b>Benfica (2016)</b>	Vitória/ES	987/1388=71,1%	804/991 =81,1%	648/716=90,5%

Fonte: elaborada por Viviane Silva de Novais.

Nas pesquisas reportadas, o fator escolarização apresenta efeito importante: quanto maior é o nível de escolarização dos falantes, maior é a frequência da concordância redundante, independentemente da região geográfica em que a pesquisa foi desenvolvida. Estes resultados sugerem que a forma dominante da concordância é estigmatizada, seja por não estar prevista em gramáticas tradicionais ou por ser mais frequente na fala de pessoas menos escolarizadas.

Scherre e Paiva (1999, p. 217) enfatizam que

a escolarização continuada, refinando a consciência linguística e insistindo na necessidade de padronização, favorece o emprego de determinadas variantes linguísticas, em especial das que estão sujeitas a uma avaliação social positiva. (SCHERRE; PAIVA, 1999, p. 217).

Sob essa ótica, um falante escolarizado, por estar mais exposto às formas linguísticas de prestígio, dificilmente apresentará em sua fala traços linguísticos estigmatizados, a não ser em contextos bem específicos.<sup>5</sup>

O nível de escolarização diz muito quando se observa a língua. No entanto, embora sejam estudados conteúdos previstos em gramáticas e isso possa influenciar, a escola, por si só, não atua diretamente na língua falada por seus estudantes. Os resultados referentes ao fator escolarização dos dados de produção do fenômeno da concordância verbal (tabela 1) não devem ser analisados apenas como efeito da escolarização em si, pois, em relação ao papel normativo da escola, o que acontece é que o espaço escolar “reflete e reforça as estruturas da sociedade” (FREITAG, 2017, p. 71). É preciso o nível da consciência social a respeito do fenômeno.

Embora tenhamos hoje, do ponto de vista da produção, um conjunto robusto de descrição da variação na concordância verbal de 3PP em diferentes regiões do país, são poucos os trabalhos que observam a dimensão societal do fenômeno. Por isso, a seguir, vamos explorar a avaliação sobre a variação na concordância verbal de 3PP, especialmente a respeito da forma dominante, observando discursos que circulam na mídia e *memes* (figuras compartilhadas na internet), bem como instrumentos normativos (ALMEIDA, 2009; SACCONI, 2006), e de que forma as avaliações podem resultar em preconceito linguístico.

---

<sup>5</sup> Destacamos que, nos estudos de produção, há contextos em que a concordância dominante é mais frequente, independentemente do nível de escolarização dos falantes, como acontece quando o sujeito está posposto ao verbo (ordem verbo-sujeito/VS) (SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; ARAÚJO, 2014). Uma explicação para isso é que, sendo o PB uma língua cuja ordem fixa é SV (sujeito-verbo), o falante nem sempre reconhece o elemento posposto ao verbo como o sujeito da sentença (SCHERRE, 1994; PEZZATI, 1994).

### 3 AVALIAÇÃO SOCIAL DA CONCORDÂNCIA VERBAL: RESULTADOS DE PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS

Estudos com dados de produção são mais frequentes no PB, especialmente em relação à concordância verbal. No entanto, conforme já apontamos, somente esses resultados não são suficientes para dar conta de aspectos sociais do ponto de vista da avaliação que o fenômeno recebe. Pesquisas cujo foco é a avaliação social têm despontado no Brasil, a exemplo dos estudos de Bortoni-Ricardo (2008), Freitag (2016), Ribeiro (2019), Souza e Araújo (2020), Freitag *et al.* (2020), que contribuem com os resultados dos dados de produção e ampliam o conhecimento da língua em sua relação com a sociedade.

Bortoni-Ricardo (2008) foi uma das pioneiras no que diz respeito ao estudo sobre crenças, atitudes e avaliação social da concordância. Em sua pesquisa, feita com 48 informantes (divididos entre universitários e estudantes da educação básica), a autora observou que a concordância verbal redundante é considerada mais correta pelos falantes e que o fator escolarização desempenha força em sua amostra, uma vez que os estudantes universitários estigmatizaram mais a concordância dominante. Após o resultado inicial, a autora fez nova análise com um total de 360 universitários e confirmou que há influência da escolarização, visto que os informantes de nível superior estigmatizam mais os contextos em que a concordância redundante não é realizada.

Freitag (2016), ao destacar que nem sempre o uso da língua reflete a avaliação que ela recebe, como acontece na variação da 1PP (*nós/a gente*) no português brasileiro, desenvolveu um estudo de estratégias para mensurar a avaliação social em relação ao uso da 1ª pessoa do plural. Dentre as discussões, a autora destaca que mesmo um falante apresentando 100% de frequência da forma *a gente* em sua fala, esse mesmo falante diz preferir usar mais a forma **nós** (FREITAG, 2016). Nas palavras da autora, “o posicionamento dos informantes

sugere que o domínio da primeira pessoa do plural é um contexto variável de alta saliência social” (FREITAG, 2016, p. 901).

Em estudo desenvolvido para observar reparos na acomodação subjetiva da variação *em/ni* na fala de universitários, Ribeiro (2019), constatou que, embora os estudantes corrijam sua própria fala em outros casos, a variante *ni* não é corrigida por eles, um indicativo de que a variante “não carrega estigma, pois não sofre correção entre os membros” (RIBEIRO, 2019, p. 1577). Souza e Araújo (2020) observaram a avaliação que a variação na concordância verbal por estudantes da cidade de Tucano-BA, tanto da zona rural como da zona urbana. A pesquisa foi feita por meio de um teste de reação subjetiva, cujo resultado mostrou que “os estudantes pesquisados reconhecem a forma padrão da concordância verbal, sendo que os da área rural avaliam a não padrão de forma negativa e afirmam que não a usa; os alunos da cidade, por outro lado, asseguram que a usam” (SOUZA; ARAÚJO, 2020, p. 269). Esse resultado evidencia que as formas não possuem o mesmo valor para os dois grupos, uma vez que os estudantes da cidade afirmaram fazer uso de formas não redundantes, podendo indicar que ou esses falantes não conhecem o estigma que esses traços possuem socialmente ou sabem, mas continuam com esse uso.

Em Freitag *et al.* (2020), ao ser analisada uma postagem do Ministro da Educação no Twitter, foram discutidas e apresentadas evidências sobre mecanismos que contribuem com o preconceito. A postagem refletia um traço linguístico estigmatizado – troca do /r/ pelo /l/ – com ilustração da Turma da Mônica, que remetia aos chineses, com teor discriminatório ao comparar a fala dos chineses com a fala do personagem Cebolinha. Os autores apontam que

a manipulação de um traço linguístico pode evocar discriminação e preconceito, não só em relação à origem, mas em relação ao arraigado preconceito de classe e raça que existe no Brasil, e que é materializado na língua” (FREITAG, *et al.*, 2020, p. 202).

Diante dos resultados apontados pelos estudos citados, na seção seguinte, apresentamos o tratamento societal da concordância verbal, observado por diferentes fontes como uma forma de mensurar a avaliação que o fenômeno possui socialmente.

#### **4 A DIMENSÃO SOCIETAL DA CONCORDÂNCIA VERBAL DE 3PP NO PB**

Vimos que as regras da concordância verbal no português são motivadas, principalmente, pelo nível de escolarização dos falantes. Em vista disso, o fenômeno se configura como um estereótipo, sendo a forma redundante prestigiada e a forma dominante estigmatizada, restrita a contextos em que o efeito da escolarização não é sentido. Levando em consideração que os dados da produção podem ser diferentes dos dados da percepção linguística (FREITAG, 2016), estudos que explorem a avaliação social da língua, em diferentes fenômenos, são importantes nesse processo.

Existem diferentes formas para mensurar avaliações sobre fenômenos linguísticos. Garrett, Coupland e William (2003) destacam que as atitudes linguísticas podem ser observadas a partir de três técnicas de investigação: tratamento societal ou análise de conteúdo, abordagens diretas e abordagens indiretas. A análise por vias diretas é feita por meio de questionário escrito ou entrevistas gravadas, em que o falante responde o que acha a respeito de determinada forma linguística. A abordagem indireta é realizada através de técnicas menos perceptíveis, podendo ser através da observação ou de testes camuflados em que os falantes julgam determinado aspecto, mas não sabem o que, de fato, está sendo avaliado. Por fim, temos a abordagem societal de fenômenos linguísticos variáveis, uma forma de mensurar a avaliação através da observação e análise de diferentes fontes perceptuais, a exemplo de documentos,

comerciais, matérias, reportagens e até mesmo imagens compartilhadas na internet. Neste trabalho, portanto, utilizamos esta última abordagem como uma forma de mensurar o tratamento societal da concordância verbal no PB.

A respeito da avaliação que formas linguísticas possuem socialmente, existem forças sociais desempenhando força sobre seu uso, principalmente quando há “um processo explícito de correção social aplicado a formas linguísticas individuais” (LABOV, 2008, p. 152). Na escola, por exemplo, se algum estudante falar *nós vai* ou *eles foi* – seja na sala de aula ou em outro espaço da instituição – presumimos que, em algum momento, alguém vai apontar que ele *falou errado* e que o certo é falar *nós vamos* e *eles foram*. A esse respeito, Freitag (2016, p. 903) destaca que

a concordância é um domínio gramatical fortemente sensível à avaliação social no Brasil, e os resultados de estudos de covariação entre a alternância pronominal e a presença vs. ausência de marca morfêmica de concordância apontam para uma avaliação social estigmatizada para combinações como “nós fala” e “a gente falamos”. (FREITAG, 2016, p. 903).

Quando uma forma linguística é saliente na consciência social, especialmente se for um traço estigmatizado, um falante que produz esse traço pode se tornar alvo de piada, que configura preconceito linguístico. As correções explícitas às pessoas que falam a forma dominante da concordância verbal de 3PP surgem de variadas formas e possuem diferentes alcances. Gramáticas de cunho normativo, livros em que a temática envolve *o bom uso do português* e memes da internet apontam indícios do estigma que a forma recebe socialmente. Imagens com recortes, colagens, frases e personagens são compartilhadas nas redes sociais e refletem a avaliação negativa, evidenciando, inclusive, o preconceito a quem fala dessa forma (Figura 2).

Figura 2: Memes referentes à concordância verbal e traços linguísticos estigmatizados socialmente.



Fonte: Redes Sociais.

As imagens reforçam o estigma que formas linguísticas podem receber socialmente. Observando o que está escrito nas imagens, não é apenas o que se diz, mas quem diz. “Essa confusão entre fazer julgamento à língua e julgamento ao falante é um dos fatores que permitem a existência e a perpetuação do preconceito linguístico em nossa sociedade” (COELHO *et al.*, 2010, p. 31). Ao apontar que falar *eles fez* é errado, abre-se espaço para julgar a integridade da pessoa que apresentou essa forma em sua fala, tratando-a, na maioria das vezes, como ignorante ou *sem educação*.

No quarto meme da figura 1, em que o conteúdo principal é o *erro* de concordância verbal na modalidade escrita da língua, há o uso da forma dominante (*as pessoa que erra*), mas não há indícios de que essa ocorrência tenha sido *proposital* (talvez compreenderíamos se houvesse a presença de aspas ou de algum destaque que enfatizasse ironia na presença da forma). Vemos na imagem um julgamento sobre quem fala *eles fez*, mas o texto da imagem apresenta a

ocorrência *as pessoas que erra*. Essa observação é pertinente porque dialoga com os resultados de produção do fenômeno de concordância verbal, que apontam maior frequência da concordância dominante quando há o pronome relativo *que* antecedendo o verbo, mesmo na fala de pessoas mais escolarizadas (RODRIGUES, 1997; ARAÚJO, 2014), como é o caso do exemplo presente na imagem (*as pessoas que fez*).

A correção explícita da forma dominante da concordância verbal de 3PP pode ser encontrada em diversos outros espaços de domínio na internet, conforme vemos na imagem da figura 3.

Figura 3: Correção a respeito da concordância verbal de 3PP em trecho de música.

QUE CÊ VAI FAZER?, FERNANDO & SOROCABA

**TRECHO**

"AS RAZÕES que me impedem de estar com você VAI além de te amar; VAI além do querer"

**ERRO**

De concordância, pois o sujeito pede o verbo no plural: "as razões vão"

Fonte: Entretenimento R7 (Disponível em: [encurtador.com.br/nxyDM](http://encurtador.com.br/nxyDM)).

A publicação na qual a imagem está inserida tem como título *Compositores assassinam o português! Veja os erros mais graves nas músicas famosas*. Trata-se de correções explícitas que apontam os erros fazendo uso de materiais visuais para dar ainda mais ênfase ao que está sendo denunciado como errado (como é o caso da cor vermelha). Na imagem, a seguinte realização é destacada:

- (2) *As razões que me impedem de estar com você vai além de te amar, vai além do querer.*

Na sentença, há a ocorrência da concordância verbal dominante, pois o verbo (vai), usado duas vezes, não está flexionado na 3PP (conforme seu sujeito). Ocorrências desse tipo têm sido amplamente explicadas por estudos sociolinguísticos, nos quais destacam que quando o sujeito está mais distante do verbo, conforme (2), a frequência da forma dominante é maior do que a redundante. Para termos uma dimensão do efeito da posição do sujeito em relação ao verbo, apresentamos uma sumarização de resultados, conforme tabela 2:

Tabela 2: Sumarização de resultados sobre o efeito do fator posição do sujeito na variação da concordância verbal.

<b>Posição do sujeito</b>	<b>Scherre e Naro (1998)</b>	<b>Rodrigues (1997)</b>	<b>Anjos (1999)</b>	<b>Rubio (2009)</b>	<b>Araújo (2014)</b>
<b>Sujeito anteposto ao verbo</b>	82%	66%	57%	73%	97,3%/38,5%
<b>Sujeito anteposto e distante do verbo</b>	74%	46%	54%	61%	90,4%/19,3%
<b>Sujeito posposto ao verbo</b>	26%	21%	25%	19%	66,7%/5,1%

Fonte: elaborada por Viviane Silva de Novais.

O fator posição do sujeito apresenta efeito nas ocorrências do fenômeno: quando o sujeito está anteposto ao verbo, mas a ele mais distante, as ocorrências da concordância dominante aumentam. Isso explica por que a música em destaque na matéria do portal R7 apresenta a ocorrência da forma dominante. A matéria, que possui alcance considerável, além de expor os artistas, mostra o erro

e o corrige, evidenciando o nível de consciência social a respeito da regra dominante da concordância verbal de 3PP.

Outras evidências de correções explícitas podem ser encontradas em gramáticas de cunho normativo e em livros que apresentam um conjunto de regras para o uso ‘bom’ uso do português. Há gramáticas normativas que se configuram como instrumentos linguísticos ao apresentarem uma abordagem mais ampla dos fenômenos (BECHARA, 2008; CEGALLA, 2008) e há gramáticas e manuais que se configuram como replicadoras da *norma curta*, como Almeida (2009) e Sacconi (2006)<sup>6</sup>

Conforme Faraco (2008, p. 94), norma curta é “um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro (...)”. Compêndios/manuais que enfatizam o ‘uso correto do português’, além de apresentar uma parte mínima do que, de fato, é a língua, reforça e reproduz crenças de que toda variação que não esteja prescrita em gramáticas normativas deve ser combatida, como se fosse um mal a ser erradicado do mundo. Essas posturas servem de base para “humilhar, constranger e prejudicar pessoas” (FARACO, 2008, p. 94).

Almeida (2009, p. 422), na seção voltada para tratar da concordância verbal, apresenta a regra geral – “o verbo deve concordar em número e pessoa com o seu sujeito” – e, ao apresentar casos especiais, insere uma quantidade considerável de notas observacionais a respeito dos possíveis desvios da norma padrão. A título de exemplo, no caso de sujeito singular que expressa ideia de plural (como em *o exército dos persas invadiu a Grécia*, proposto pelo autor), Almeida (2009, p. 442 – grifo nosso) é enfático ao dizer que “não há quem nos obrigue a aceitar hoje,

---

<sup>6</sup> Escolhemos esses dois compêndios por serem obras que apontam comentários negativos em relação às realizações que não fazem parte da chamada norma padrão do português e por se encaixarem na abordagem deste trabalho.

por certas, construções como estas – o exército batalharam, o povo aplaudiram – por *repugnantes ao ouvido e ao gosto de todos*". A afirmação na qual o autor termina sua nota contribui com as repercussões e julgamentos sociais negativos sobre o fenômeno, resultando, por exemplo, em memes e piadas na internet como os apresentados na figura 1. As colocações apresentadas por Almeida (2006) podem ser encaixadas nas pressões vindas de cima que, conforme aponta Labov (2008, p. 152), "representam o processo explícito de correção social aplicado a formas linguísticas individuais".

Sacconi (2006), em seu compêndio intitulado *Não erre mais! Português agradável e descomplicado*, apresenta considerações um tanto quanto agressivas ao tratar de ocorrências variáveis da concordância verbal. Trata-se de um manual de consulta com base nas regras encontradas em gramáticas normativas, a exemplo de Almeida (2009). Ao mostrar um exemplo retirado de uma matéria da revista *Veja* – *Um grupo de sem-terra "ocuparam" uma fazenda da multinacional Monsanto, para queimar plantação de transgênicos* – o autor destaca o verbo flexionado na 3PP e enfatiza que essa ocorrência se trata "da mais clássica concordância do absurdo". Sacconi (2006, p. 17 – grifo nosso) segue afirmando que "com esse tipo de 'concordância', os jornalistas brasileiros conseguem inovar, invertendo uma situação sintática, pois *as pessoas iletradas* costumam deixar o verbo no singular, quando o sujeito está no plural", além de concluir seu raciocínio enfatizando que ainda acredita na evolução do ser humano e repudia tal "concordância".

Tais comentários, tanto as de Almeida (2009) quanto as de Sacconi (2006) contribuem tanto para a disseminação do estigma sobre as ocorrências variáveis da concordância verbal, quanto para a propagação do preconceito linguístico. Dentre as variadas consequências de afirmações como as dos autores, surge um outro processo, definido como hipercorreção: tentativa de aproximação da norma padrão, que resulta em ocorrências que não fazem parte dessa norma. Um

exemplo frequente de hipercorreção no português pode ser visto por meio da flexão de infinitivos, como o apresentado por Canever (2017):

(3) Os alunos *podem fazerem* greve.

No exemplo, os dois verbos aparecem flexionados na 3PP. No entanto, a flexão do último verbo não é prescrita pelas gramáticas tradicionais, visto que está na função de complemento e seguido de um verbo já flexionado.

Labov (2008) aponta que o processo de hipercorreção diz respeito a um fator de mudança linguística e que está diretamente relacionado com a classe média baixa com o objetivo de alcançar maior status social ao tentar aproximar sua fala à língua-alvo falada pelas pessoas de classe média alta.

Tendo em vista que as pesquisas sociolinguísticas brasileiras não controlam o fator classe social<sup>7</sup>, é a escolarização que assume o seu lugar. No Brasil, a escolarização funciona como preditivo de renda e fundamental para melhoria da qualidade de vida por meio da ascensão social, sendo uma ponte para mobilidade de classe (IBGE, 2017). Por isso, a hipercorreção tem sido associada aos falantes com escolarização em desenvolvimento que, por hipótese, estão mais expostos às correções pela forma como falam. Ou, “se não à correção explícita, certamente ao discurso normativo que enfatiza a marcação de plural no uso padrão no PB” (CANEVER, 2017, p. 44), conforme encontramos em Almeida (2009) e Sacconi (2006).

Os memes, a reportagem do portal R7 que destaca erros de português em músicas, a gramática de Almeida (2009), o livro de Sacconi (2006) – além da repercussão negativa a respeito do livro *Por uma vida melhor* (RAMOS, 2011) que

---

<sup>7</sup> A classe social dos falantes não é levada em consideração nas pesquisas sociolinguísticas brasileiras devido às divergências em relação ao status econômico, além de ser um tabu. Com isso, “a escolarização assume seu papel, a partir da premissa de que a escola leva à ascensão social (FREITAG, 2017, p. 68).

apresentamos na introdução deste trabalho – sugerem que a variação na concordância verbal de 3PP possui alta saliência social. Fazer uso da forma dominante pode levar um falante a ser alvo de piadas e correções explícitas, fatores que configuram o preconceito linguístico, bastante comum no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar evidências que refletem o tratamento societal da forma dominante da concordância verbal de 3PP no PB; observando resultados de estudos de produção, vimos o fator escolarização apresenta maior efeito nas ocorrências do fenômeno, de modo que a forma redundante é mais frequente na fala de pessoas com mais anos de escolarização. Estes resultados sugerem que a forma dominante da concordância é estigmatizada, seja por não estar prevista em gramáticas tradicionais ou por ser mais frequente na fala de pessoas menos escolarizadas.

O estigma da forma dominante é confirmado quando observamos matérias e reportagens *online*, memes compartilhados nas redes sociais e instrumentos normativos, que refletem a avaliação societal do fenômeno. Esse traço pode levar um falante a sofrer preconceito linguístico, sendo vítima de correções explícitas e alvo de piadas. Diferentemente de outros tipos de preconceitos que existem, o linguístico ainda não possui magnitude e, muitas vezes, nem é reconhecido como sendo, de fato, um tipo de discriminação social. Estudos que objetivam discutir a dimensão societal de fenômenos linguísticos são importantes e devem continuar sendo desenvolvidos e divulgados.

No Brasil, há um conjunto robusto de descrição da concordância verbal de 3PP, mas somente dados de produção não são suficientes. Uma série de pesquisas que avaliam outros tipos de evidências sobre como os falantes

percebem e lidam com a variação (por exemplo: Ribeiro (2019), Freitag (2016), Freitag *et al.* (2020), dentre outros) tem permitido desvelar o tratamento societal que um dado fenômeno variável recebe e considerar a avaliação dos próprios falantes. Por isso, trabalhos que considerem como os fenômenos linguísticos em variação são avaliados podem contribuir não somente com os estudos sobre PB, mas, sobretudo, com a discussão do preconceito linguístico no Brasil, de modo a contribuir com a justiça social em relação ao uso da língua.

---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARAÚJO, S. S. F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana - BA: sociolinguística e sócio-história do Português Brasileiro**. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ANJOS, S. E. **Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses**. 1999. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. *In*: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (org.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: Letras, 2008. p. 362-380.

CANEVER, F. **Infinitivo flexionado em português brasileiro: frequência e percepções sociolinguísticas**. 2017. 140 f. Tese (Doutorado em Linguística) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAVES, R. Princípio de saliência fônica: isso não soa bem. **Letrônica**, v. 7, n. 2, p. 522-550, 2014.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. **Delta**, v. 32, n. 4, p. 889-917, 2016.

FREITAG, R. M. K. A mudança linguística, a gramática e a escola. **PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 63-91, 2017.

FREITAG, R. M. K.; LIMA, M. E. O.; SILVA, L. S.; SOUZA, V. R. A. O uso da língua para a discriminação. **A cor das Letras**, Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 185-207, 2020.

GARRETT, P.; COUPLAND, N.; WILLIAMS, A. **Investigating language attitudes**. University of Wales Press, Cardiff, 2003.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. A concordância verbal. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 331-371.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: [encurtador.com.br/HPV49](http://encurtador.com.br/HPV49). Acesso 17 mar. 2020.

MONGUILHOTT, I. O. S. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

RAMOS, H. **Por uma vida melhor**: Coleção Viver e Aprender. São Paulo: Editora Global, 2011.

RIBEIRO, C. C. S. Pistas para a acomodação subjetiva na variação entre em/ni na fala de universitários. **Domínios de Linguagem**, v. 13, n. 4, p. 1557-1580, 15 dez. 2019.

RODRIGUES, D. A. **A concordância verbal na fala urbana de Rio Branco**. 1997. 178 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.

SACCONI, L. A. **Não erre mais!** Português agradável e descomplicado. 29. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

SILVA, A. J. B. Português de arremedo: um lado do preconceito linguístico no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, p. 1-19, 2019.

SOUZA, N. C. C.; ARAÚJO, S. S. F. Reações subjetivas de estudantes da cidade de Tucano-BA às variantes não padrão da concordância verbal. **A cor das Letras**, Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 249-272, janeiro-abril de 2020.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)** - Norma e Variação do Português. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, v. 12, p. 37-49. dez., 1994.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia

Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo.  
Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 509- 523, 1998.

Recebido em: 03/11/2020

Aprovado em: 04/12/2020